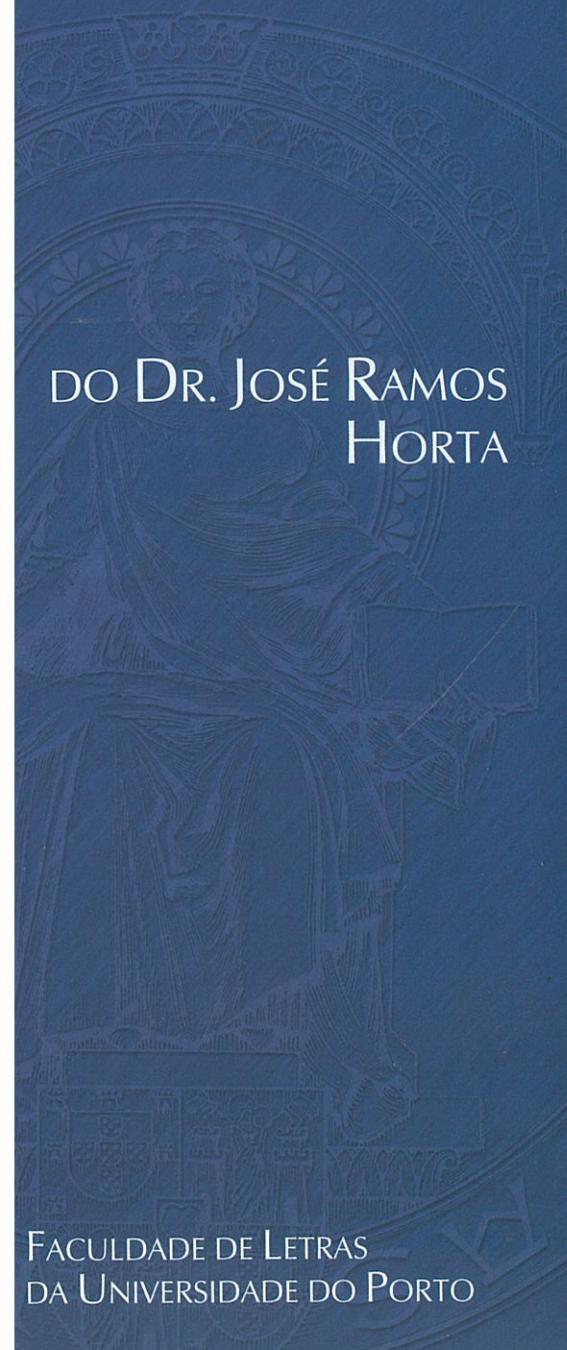


DOUTORAMENTO

Honoris Causa

DO DR. JOSÉ RAMOS
HORTA



FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO



DOUTORAMENTO

Honoris Causa

DO DR. JOSÉ RAMOS-HORTA



FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Título

DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* DO DR. JOSÉ RAMOS HORTA

Autor

Vários

Edição

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto - Portugal

MAIO DE 2001

Concepção Gráfica

ARCANJO RIBEIRO, SUCRA & FILHOS, LDA.

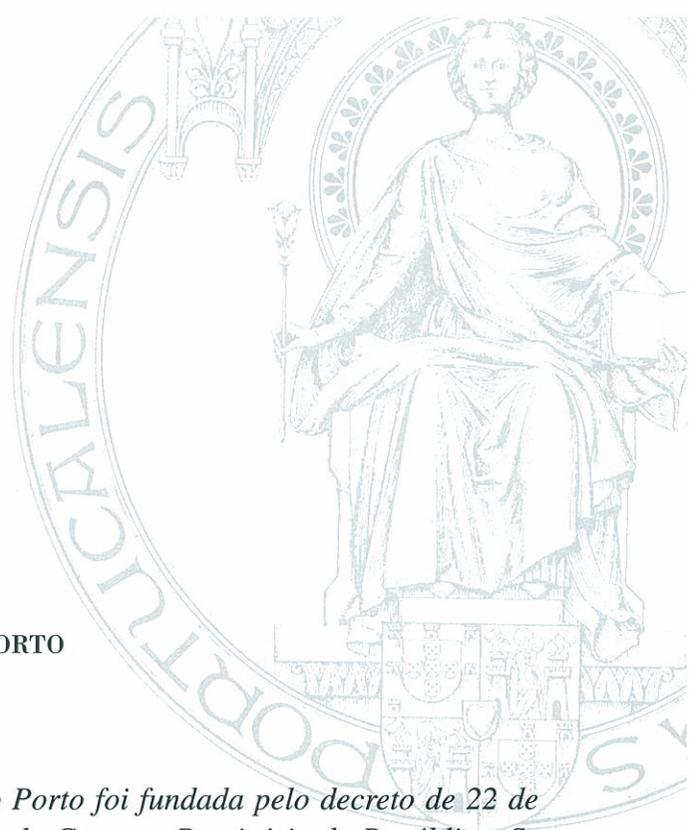
Tiragem

500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 169010/01

ISBN: 972-9350-54-x

ACTO DE DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
DO DR. JOSÉ RAMOS HORTA
NA FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO EM 31 DE OUTUBRO DE 2000



A UNIVERSIDADE DO PORTO

A Universidade do Porto foi fundada pelo decreto de 22 de Março de 1911, emanado do Governo Provisório da República. Se bem que seja possível apontar como as suas antecessoras mais remotas a Aula de Náutica, estabelecida por D. José I em 1762, e a Aula de Debuxo e Desenho, criada por D. Maria I em 1779 – ambas resultado de solicitações dos comerciantes portuenses –, a Universidade vai basear-se fundamentalmente em instituições de ensino superior criadas no séc. XIX: a Academia Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica.

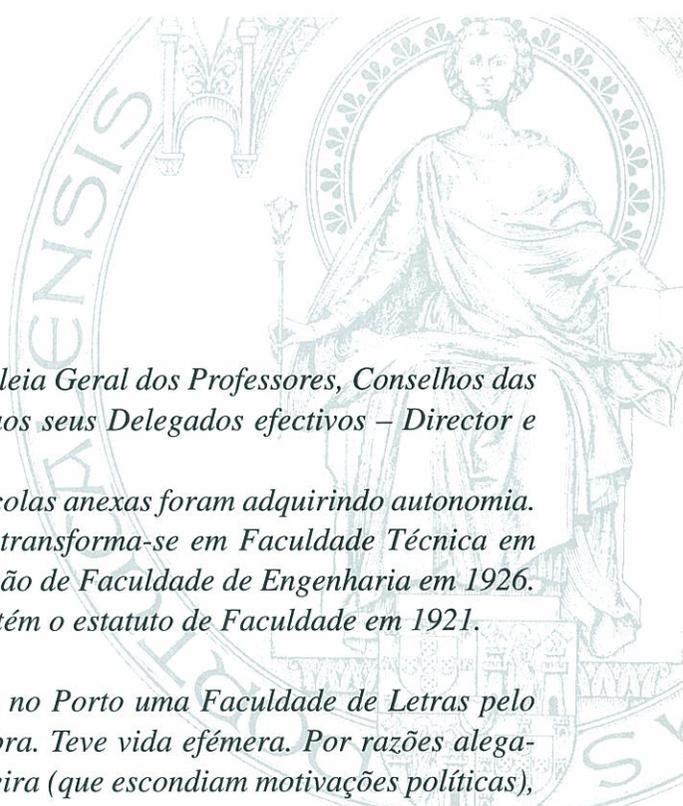
A Academia Politécnica tinha como fim principal o ensino das ciências industriais e formava engenheiros de todas as classes, além de outras especialidades profissionais como oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábricas e artistas. Herdeira da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto, criada em 1803 pelo Príncipe-Regente D. João (futuro D. João VI), surgiu em resultado da reforma de Passos Manuel, ministro do Reino no Governo saído da revolução de Setembro. No âmbito desta reforma, o nome da Academia Real é alterado para Academia Politécnica em 1837, sendo adoptadas as anteriores disposições estatutárias. Contudo, o governo económico e literário da Academia, até ali sob a inspecção da Junta da Administração da Companhia Geral da Agri-

cultura das Vinhas do Alto Douro, é transferido para o Conselho dos Lentes. Não obstante as grandes dificuldades financeiras por que passou, a Academia Politécnica do Porto conheceu uma época de apogeu científico, com cientistas eminentes como Gomes Teixeira e Ferreira da Silva.

A Escola Médico-Cirúrgica do Porto também é resultado da reforma de Passos Manuel: em 1836, sucede à Real Escola de Cirurgia, uma instituição criada em 1825 por D. João VI, e que funcionava em ligação com o Hospital da Misericórdia do Porto. Em 1837, é estabelecido um novo plano geral de estudos, que, além de alargar o número de cadeiras, as dividia em cadeiras médicas e cadeiras cirúrgicas. A Escola Médico-Cirúrgica tinha o seu assento no Hospital de Santo António, anexando uma Escola de Farmácia que compreendia cursos técnicos e cursos práticos; conheceu também mestres de grande nomeada, como Roberto Frias, Aires de Gouveia, Eduardo Pimenta, etc.

A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, provocou importantes modificações no campo do ensino, nomeadamente a criação de duas universidades, a de Lisboa e a do Porto. Pelo decreto de 19 de Abril de 1911, a Universidade do Porto ficou assim constituída: uma Faculdade de Ciências Matemáticas, Físico-Químicas e Histórico-Naturais, uma Faculdade de Medicina com uma Escola de Farmácia anexa e ainda uma Faculdade de Comércio. Esta última porém, nunca chegou a concretizar-se. A Faculdade de Ciências anexava uma Escola de Engenharia.

A Universidade do Porto foi inaugurada a 16 de Julho de 1911 e, nesse mesmo dia, foi eleito o primeiro Reitor, o matemático Gomes Teixeira. A partir de agora é confiado à Universidade o seu próprio governo económico e científico. Também a autonomia do ensino é reconhecida. O governo da Universidade pertence aos corpos Aca-

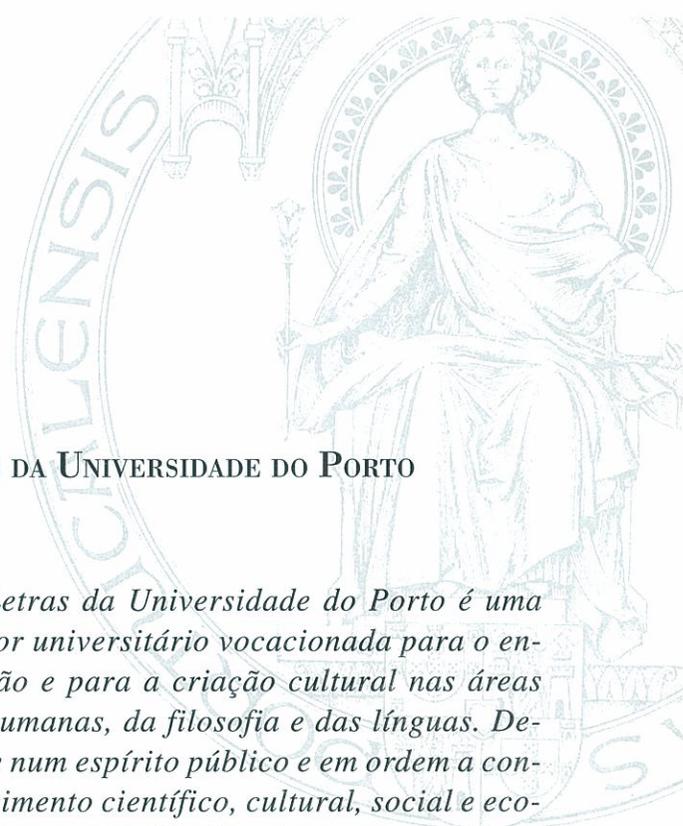


démicos: Senado, Assembleia Geral dos Professores, Conselhos das Faculdades e Escolas e aos seus Delegados efectivos – Director e Reitor.

Com o tempo, as escolas anexas foram adquirindo autonomia. A Escola de Engenharia transforma-se em Faculdade Técnica em 1915 e assume a designação de Faculdade de Engenharia em 1926. A Escola de Farmácia obtém o estatuto de Faculdade em 1921.

Em 1919 foi criada no Porto uma Faculdade de Letras pelo Ministro Leonardo Coimbra. Teve vida efémera. Por razões alegadamente de ordem financeira (que escondiam motivações políticas), foi suprimida em 1928. Só em 1961 será reaberta no Porto a Faculdade de Letras. Entretanto, em 1953, surgira uma Faculdade de Economia, tendo como objectivo o ensino e a cultura das ciências económicas.

A Universidade do Porto conheceu uma grande expansão com a revolução de Abril de 1974. Às seis faculdades existentes juntaram-se como criação de raiz ou escolas integradas, as seguintes: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (1975), Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física (1975), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (1977), Faculdade de Arquitectura (1979), Faculdade de Medicina Dentária (1989), Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação (1992), Faculdade de Belas Artes (1992) e Faculdade de Direito (1994). Hoje, a Universidade do Porto conta com catorze faculdades e uma escola pós-graduação, a Escola de Gestão do Porto (2000).

The seal of the University of Porto is a circular emblem. It features a central figure, likely a seated woman, surrounded by a decorative border. The text 'UNIVERSITAS PORTUCALENSIS' is visible around the perimeter of the seal.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto é uma escola de ensino superior universitário vocacionada para o ensino, para a investigação e para a criação cultural nas áreas das ciências sociais e humanas, da filosofia e das línguas. Desenvolve esta actividade num espírito público e em ordem a contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, social e económico de Portugal, das comunidades de raiz portuguesa disseminadas pelo mundo, dos países de língua oficial portuguesa e da Europa

Criada pelo artigo 11º da Lei nº 861, de 27 de Agosto de 1919, pelo Ministro Leonardo de Coimbra, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto formou 167 licenciados nos cursos de Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Históricas e Geográficas e Filosofia até ao seu encerramento pelo Decreto nº15.365, de 12 de Abril de 1928.

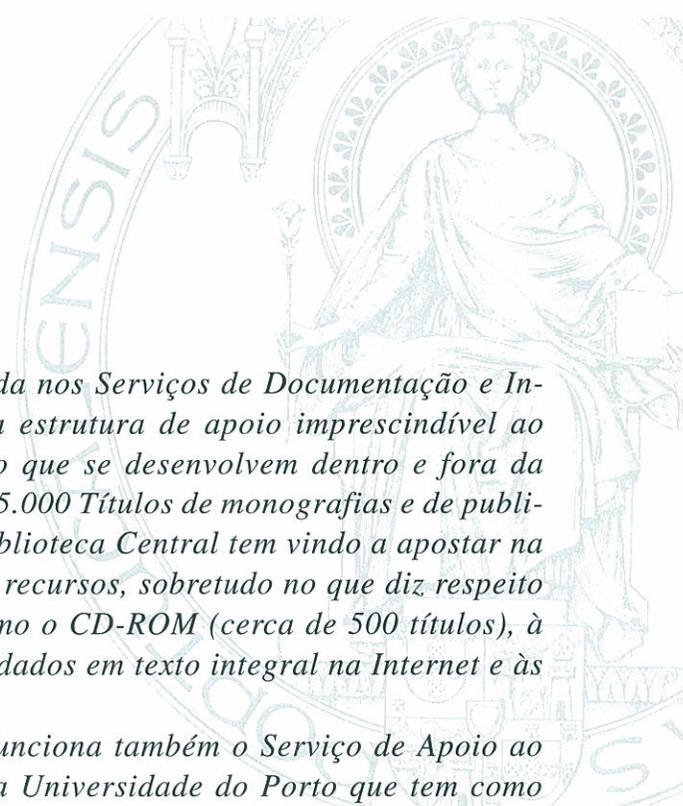
Por esta escola passaram notáveis professores e estudantes que se distinguiram nos domínios do saber, da cultura e da vida cívica. Entre eles, o filósofo Leonardo de Coimbra, seu primeiro director e personalidades da estatura de Newton de Macedo, Damião Peres, Aarão de Lacerda, Francisco Torrinha, Hernâni Cidade, Teixeira Rêgo, Luís Cardim, Delfim Santos, Salgado Júnior, Torquato Soares, Agostinho da Silva, entre outros.

Reaberta em 1961 pelo Decreto nº 43.864, de 17 de Agosto, inicia as suas aulas no ano Lectivo de 1962/63, com duas licenciaturas - História e Filosofia e o curso de Ciências Peda-

gógicas (curso este de efémera duração) - , a que se juntaram depois, por exigência da Universidade e da Comunidade, Filologia Românica (1968), Filologia Germânica (1972), Geografia (1972), Sociologia (1985) e Estudos Europeus (1996). Em 1977, as Filologias darão lugar ao curso de Línguas e Literaturas Modernas, com diversas variantes, ao passo que, em 1980 são criadas, na licenciatura de História, as variantes de Arqueologia e de História da Arte, transformadas em licenciaturas autónomas desde 1999. O ensino pós-graduado inicia-se a partir de 1986, tendo até à presente data sido abertos 17 cursos de mestrado em todos os domínios científicos abarcados pelas unidades orgânicas da Faculdade. A alteração dos Estatutos da FLUP, publicada no Diário da República, II série, nº 103, de 4 de Maio de 2000, consagrou a organização departamental da Faculdade, tendo sido criados os Departamentos de Ciências e Técnicas do Património, de Estudos Anglo-Americanos, de Estudos Germanísticos, de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, de Filosofia, de Geografia e de História e ainda as Secções Autónomas de Sociologia e de Educação.

Com cerca de 4750 alunos, 276 professores (112 doutorados) e mais de 100 funcionários, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto desenvolve uma intensa actividade de ensino e investigação, sendo esta última traduzida não só no permanente labor dos seus Departamentos, Centros e Unidades de Investigação, mas também na qualificação dos seus docentes. Antigos alunos da escola predominam no seu actual quadro docente, ocupando ainda lugares de destaque em ramos diversos da vida pública e activa. A Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, forte estrutura associativa, tem constituído um permanente elemento dinamizador das actividades académicas.

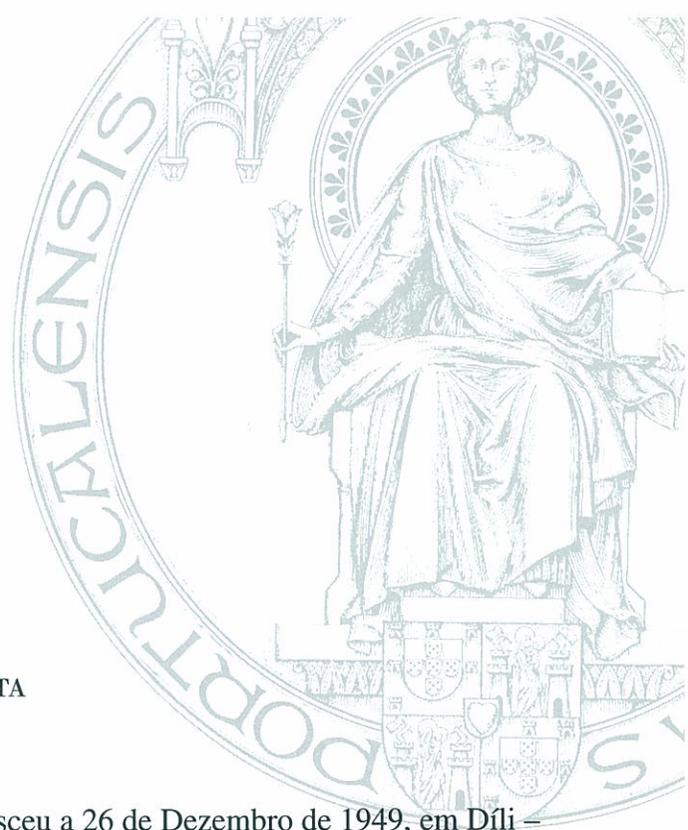
A Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universi-



dade do Porto, integrada nos Serviços de Documentação e Informação, é, hoje, uma estrutura de apoio imprescindível ao ensino e à investigação que se desenvolvem dentro e fora da escola. Com mais de 255.000 Títulos de monografias e de publicações periódicas, a Biblioteca Central tem vindo a apostar na diversificação dos seus recursos, sobretudo no que diz respeito aos novos suportes, como o CD-ROM (cerca de 500 títulos), à assinatura de bases de dados em texto integral na Internet e às novas tecnologias.

No seu âmbito funciona também o Serviço de Apoio ao Estudante Deficiente da Universidade do Porto que tem como objectivo principal criar condições de igualdade entre os alunos portadores de deficiência e normais, com incidência especial nos estudantes deficientes visuais, pelo que se tem dedicado à recolha, produção e tratamento de documentos especiais que organiza e divulga, tendo vindo substancialmente a crescer o número de títulos que fazem parte da Biblioteca Braille, da Biblioteca Sonora e da Biblioteca Digital.

A Faculdade possui as revistas de História, Filosofia, Línguas e Literaturas Modernas, Geografia e Sociologia. Existem ainda as revistas Portugália, Intercâmbio, Via Spiritus e Terceira Margem. Fazem parte das tarefas efectivas da Faculdade a publicação dos trabalhos de investigação dos seus docentes, a realização de encontros científicos, cursos de doutoramento, mestrado, pós-graduação e cursos para estrangeiros, para além de intervenções de serviço à comunidade e de contactos regulares com instituições congéneres nacionais, comunitárias, dos PALOP e de outros países.



CURRICULUM VITAE
DR. JOSÉ RAMOS-HORTA

José Ramos-Horta nasceu a 26 de Dezembro de 1949, em Díli – Timor-Leste, e é filho de mãe timorense e pai português (que fora deportado para Timor-Leste pela ditadura de Salazar). Foi educado numa missão Católica na vila de Soibada. Dos seus onze irmãos e irmãs, quatro foram mortos pelo exército indonésio.

Esteve activamente no emergir da consciência política em Timor-Leste, motivo porque foi deportado para Moçambique durante dois anos, 1970-71. Uma tradição de família. Também o seu avô havia sido deportado de Portugal para os Açores, depois Cabo Verde, Guiné-Bissau e finalmente Timor-Leste.

Como influência moderadora no nacionalismo timorense emergente, José Ramos-Horta foi mandatado, em 1974-75, pela FRETILIN como representante de Timor-Leste no exterior. Deixou a ilha três dias antes da invasão pelas tropas indonésias.

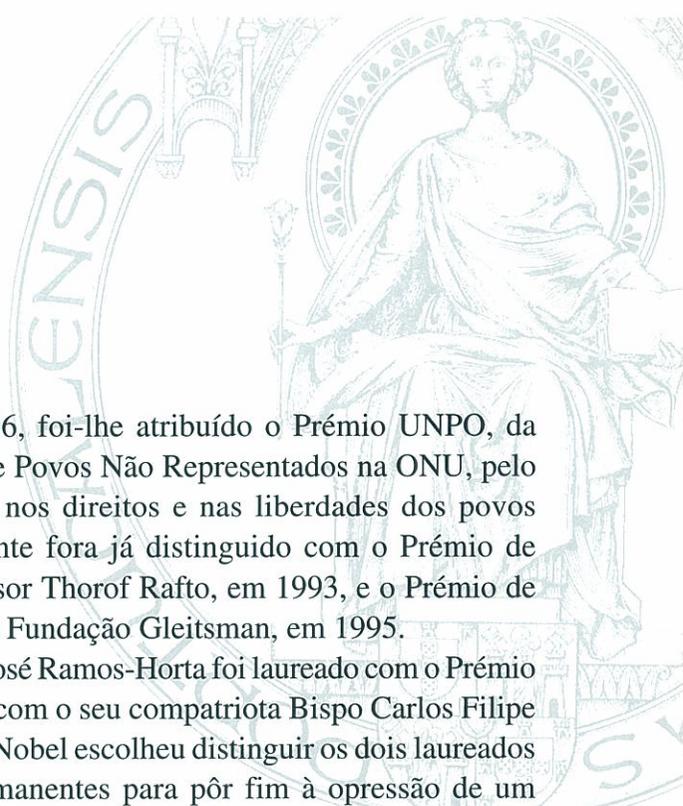
Em Dezembro de 1975, deslocou-se a Nova Iorque para intervir perante o Conselho de Segurança da ONU e apelar à tomada de uma posição face ao ataque das forças militares indonésias que, no período entre 1976 e 1981, resultaria na morte de 200.000 timorenses. José Ramos-Horta foi o Representante Permanente da FRETILIN junto das Nações Unidas durante os 10 anos seguintes, e relata a sua experiência como diplomata em *FUNU: the Unfinished Sage of East Timor* (Red Sea Press, Nova Iorque, 1987).

De 1991 a Abril de 1998, foi o Representante Especial do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), a organização que abrange os activistas, movimentos e partidos pró-independência dentro e fora de Timor-Leste. Foi eleito Vice-Presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) pela Convenção Nacional Timorense na Diáspora em 27 de Abril de 1998 e foi o Representante Pessoal de Líder da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, Presidente do CNRT, encarcerado pelos indonésios desde Novembro de 1992 até Outubro de 1999.

José Ramos-Horta passou os últimos 24 anos a denunciar a invasão e ocupação ilegal da sua Pátria pela Indonésia, defendendo o direito a autodeterminação do povo timorense. Dando voz a todos quantos não podem falar, expôs o caso de Timor-Leste e apelou ao respeito pelos Direitos Humanos perante o Conselho de Segurança da ONU, o Quarto Comité da Assembleia-Geral da ONU, o Comité Especial de Descolonização da ONU, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, o Conselho de Relações Internacionais e o Parlamento Europeu.

Em 1992, apresentou formalmente ao Parlamento Europeu o Plano de Paz do CNRM (composto por três fases). O Plano apela a resolução do conflito, por fases, e, entre outros, envolve a retirada das tropas indonésias, a libertação dos presos políticos, o respeito pelos direitos humanos e o estabelecimento de missões da ONU em Timor-Leste. A fase final do plano inclui um período de autonomia seguido de um referendo, supervisionado pela ONU, através do qual o povo timorense poderá optar por, independência, integração com a Indonésia ou livre associação com Portugal.

Em Outubro de 1994, encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas no âmbito das Rondas de Conversações, realizadas sob o auspícios da ONU. Foi o primeiro encontro público entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio e líderes timorenses no exterior, desde a invasão indonésia. Participou igualmente nos encontros, apoiados pela ONU, que juntaram timorenses do exterior e interior do território, realizados na



Áustria em 1995 e 1996.

Em Fevereiro de 1996, foi-lhe atribuído o Prémio UNPO, da Organização das Nações e Povos Não Representados na ONU, pelo seu “constante empenho nos direitos e nas liberdades dos povos ameaçados”. Anteriormente fora já distinguido com o Prémio de Direitos Humanos Professor Thorof Rafto, em 1993, e o Prémio de Activista Internacional da Fundação Gleitsman, em 1995.

Em Dezembro 1996, José Ramos-Horta foi laureado com o Prémio Nobel da Paz juntamente com o seu compatriota Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo. O Comité Nobel escolheu distinguir os dois laureados pelos seus “esforços permanentes para pôr fim à opressão de um pequeno povo”, na esperança de que “este prémio estimule os esforços para encontrar uma solução diplomática, para o conflito de Timor-Leste, baseada no direito do seu povo à autodeterminação”. O Mesmo Comité considera José Ramos-Horta “o principal porta-voz da causa de Timor-Leste desde 1975”.

A sua dedicação à defesa dos direitos humanos levou-o a organizar, em 1989, o Programa de Formação em Diplomacia (Diplomacy Training Programme - DTP) da Universidade de New South Wales, com o objectivo de formar representantes de povos e minorias e activistas de direitos humanos, originários da região da Ásia-Pacífico, no sistema de Direitos Humanos da ONU. O DTP funciona fora de Sydney mas também tem estágios na Ásia.

Ramos-Horta mantém fortes relações com outros defensores dos direitos humanos pelo mundo, tais como Daw San Suu Kyi por quem nutre o maior respeito. Em Julho de 1994, permaneceu duas semanas na Birmânia, no âmbito do DTP, a trabalhar com activistas do partido de Suu Kyi, o Nacional League for Democracy. Tem desenvolvido igualmente a sua relação de amizade com o Dalai Lama e de solidariedade com a luta dos tibetanos, bem como com Rigoberta Menchú, da Guatemala. Recentemente, em conjunto com Oscar Arias, trabalhou com o objectivo de elaborar um Código de Conduta

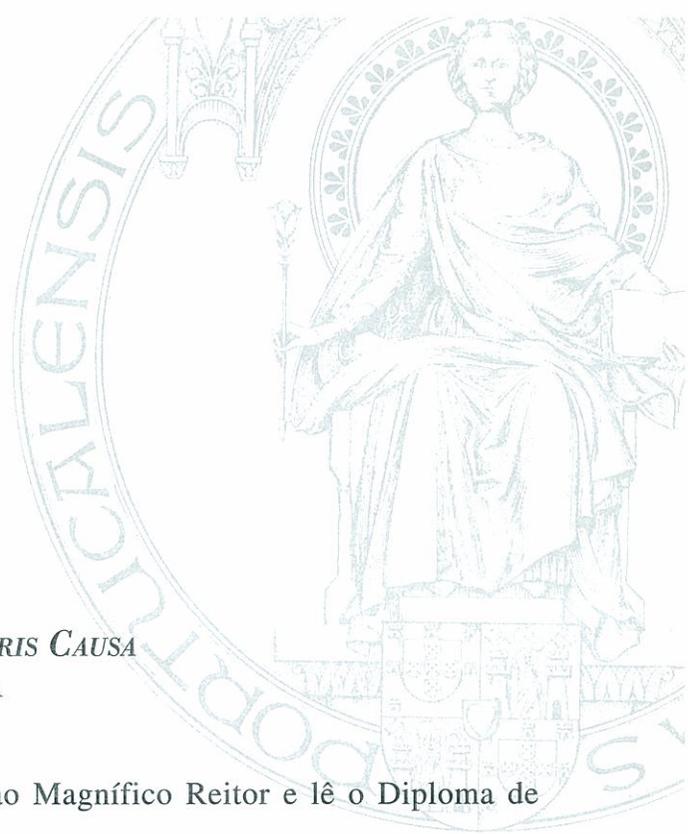
Internacional sobre a Transferência de Armamento, na sequência da sua posição activa contra a venda de minas e outras armas convencionais a países em vias de desenvolvimento.

O empenho desta causa Timorense impossibilitou o seu regresso a terra natal durante muitos anos. Após a invasão indonésia viveu durante 15 anos nos EUA. Viveu também na Austrália até poder regressar a Timor. Actualmente encontra-se a residir em Díli, onde regressou em Dezembro de 1999. Tem um filho, Loro, do seu casamento com Ana Pessoa, uma juíza timorense.

José Ramos-Horta estudou Direito Internacional na Academia de Direito Internacional de Haia, Holanda (1983) e na Universidade de Antioch, Estados Unidos da América, onde realizou o mestrado em Estudos de Paz (1984). Especializou-se em Direitos Humanos pelo Instituto Internacional de Direitos Humanos em Estrasburgo, França (1983). Frequentou o curso de Pós-Graduação em Política Externa Norte-americana, da Universidade de Columbia, Nova Iorque (1983). É *Senior Associate Member* do St. Anthony's College, Oxford, Inglaterra (1987).

José Ramos-Horta recebeu o grau de Doctor in Laws, honoris causa, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil (1996), da Universidade de Antioch, Yellow Springs, Ohio, (1997), da Universidade de Nova Galha do Sul, Sydney (1998), da Universidade de Florianópolis, Brasil (1999) e da Universidade de New Jersey (2000).

José Ramos-Horta é actualmente Vice-Presidente do CNRT.



**DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
DE JOSÉ RAMOS HORTA**

Secretário faz a vénia ao Magnífico Reitor e lê o Diploma de Doutoramento.

O Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, a convite do Secretário, faz o elogio do Doutorando.

Seguidamente, o Secretário convida o Prof. Doutor Manuel Gomes da Torre a fazer o elogio do Padrinho, Doutor José Manuel Durão Barroso.

Terminados os elogios do Doutorando e do Padrinho, o Secretário pede autorização ao Magnífico Reitor e convida o Doutorando e o Padrinho a aproximarem-se da mesa.

O Doutorando, com o Secretário à esquerda e o Padrinho à direita, faz vénia ao Magnífico Reitor, que, levantando-se, lhe pergunta:

- «*QVID PETIS ?*»

O Doutorando responde:

- «*GRADVM DOCTORATVS IN PRAECLARA ARTIVM
FACVLTATE*»

O Magnífico Reitor pronuncia, então, as seguintes palavras:

- «*EGO, IOSEPH ANGELVS MOTA NOVAIS BARBOSA, HVIVS ALMAE PORTVCALENSIS ACADEMIAE RECTOR, CREO TE DOCTOREM PRAECLARAE ARTIVM FACVLTATIS, IN NOMINE ET AVCTORITATE EIVSDEM ACADEMIAE ET COMMITTO CLARISSIMO VIRO IOSEPH EMMANUEL DURÃO BARROSO, PATRONO TVO, VT TE INSIGNIIS DOCTORALIBVS DECORET*».

O novo Doutor, acompanhado do Padrinho e do Secretário, aos quais se junta o/a aluno(a) que transporta as insígnias, aproxima-se do Presidente do Conselho Directivo, que, saindo do seu lugar, vem junto do Doutor, explica o significado da Borla (insígnia do grau que confere o privilégio de Doutor), do Anel (colegialidade, irmandade com os restantes Doutores) e do Livro (sabedoria), coloca-lhe a medalha da Universidade, a borla e o anel, entrega o livro e abraça o novo Doutor, regressando o Padrinho ao seu lugar.

Seguidamente, o novo Doutor, acompanhado pelo Presidente do Conselho Directivo e pelo Secretário, dirige-se às dotorais e faz vénia de agradecimento aos Doutores das Faculdades. Terminada esta Saudação, o Presidente do Conselho Directivo regressa ao seu lugar e o Secretário conduz o Doutor à cadeira reservada nas dotorais.

O Secretário convida o Grupo de Metais a executar *The Prince of Denmark' March*, de Jeremia Clarke.

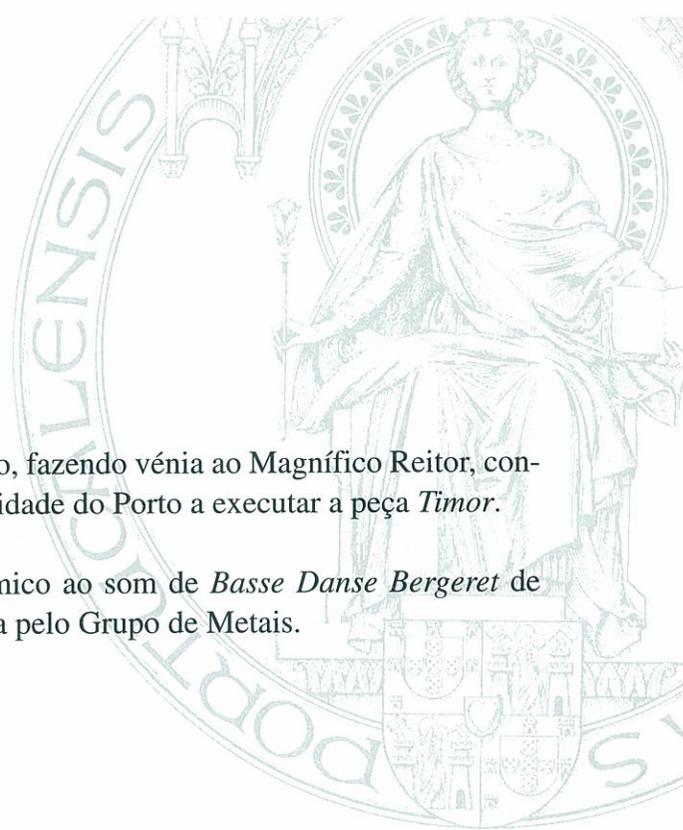
Após a execução da peça musical, o Secretário acompanha o Doutor ao lugar onde vai pronunciar o discurso de agradecimento.

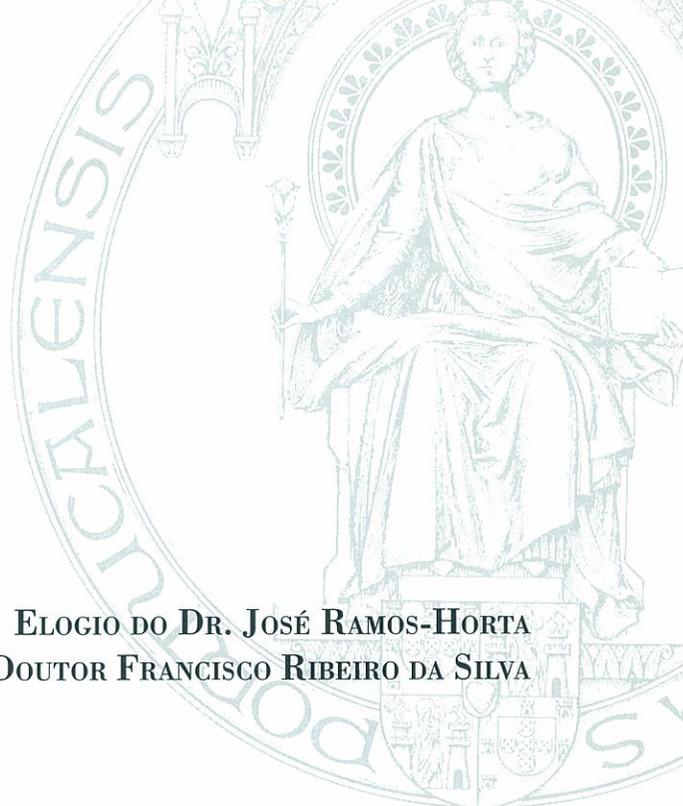
Concluído o discurso, o Secretário acompanha novamente o Doutor

à sua cadeira.

Para finalizar, o Secretário, fazendo vénia ao Magnífico Reitor, convida o Orfeão da Universidade do Porto a executar a peça *Timor*.

Saída do Cortejo Académico ao som de *Basse Danse Bergeret* de Tylman Susato, executada pelo Grupo de Metais.





**ELOGIO DO DR. JOSÉ RAMOS-HORTA
PELO PROF. DOUTOR FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA**

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como Escola de Humanidades que é, preocupa-se não apenas com o homem abstracto, objecto comum de estudo das diversas valências e cursos nela ministrados, mas também com as pessoas concretas de carne e osso que vivem hoje sobre a face da terra. E não apenas com as que fazem parte da nossa comunidade, mas com todas as pessoas de todas as comunidades do universo. Na esteira de Sócrates e de Erasmo, os que aqui ensinamos e aqui aprendemos, queremos ser cidadãos do mundo.

Por isso, pôde germinar em nós a ideia de distinguir, à nossa maneira, três dos mais eficazes lutadores pela libertação e emancipação de um povo, neste caso o povo irmão que é o povo timorense. Os nossos laureados, por exigência e por consequência dessa luta, tornaram-se concomitantemente construtores de um país novo, que será mais um da área da lusofonia.

Ao integrar os três e cada um de vós na nossa comunidade académica, queremos significar que há muito fizemos nossa a vossa luta e que nos comprometemos com o ideal que representais. Aliás, em rigor, esta distinção e homenagem não é apenas da Faculdade de Letras; é de toda a Universidade do Porto que, durante anos, impulsionada pelo Prof. Barbedo de Magalhães, não só demonstrou estar atenta e solidária com a causa de Timor Leste como conseguiu despertar a consciência da comunidade universitária para a injustiça que recaíra sobre esse povo. As sucessivas Jornadas de Timor da Univer-

cidade do Porto foram um toque de sino a rebate e um meio poderoso para sacudir a indiferença.

O Conselho Científico encarregou-me do elogio do Dr. José Ramos-Horta. Entendo que o melhor louvor é justificar a razão de ser da distinção conferida à personalidade em causa. Não se trata de qualquer espécie de canonização mas tão somente do reconhecimento público e institucional do valor exemplar do seu empenhamento em prol da Humanidade.

Mas o que é que fez em concreto o Senhor Dr. Ramos-Horta?

Lutou em várias frentes, em conjunturas distintas, de diversos modos e com determinação inquebrantável, para que o povo de Timor Loro Sae fosse livre e independente.

Antes da invasão de Timor pela Indonésia ocorrida em 7 de Dezembro de 1975, aproveitando os meios de comunicação social existentes, deu a sua quota parte para que entre as gentes de Timor Leste crescesse e se generalizasse a formação de uma consciência cívica e política. A reflexão sobre a sua terra e a vontade de intervir em favor dela, terão despontado no seu espírito provavelmente ainda nos verdes anos de formação, primeiro na missão católica de Soibada, depois no Liceu de Dili.

O compromisso efectivo com a causa de Timor manifestou-se visivelmente aos vinte e um anos, quando em lugar público ousou criticar o colonialismo e os colonialistas. Tendo chegado ao conhecimento dos agentes da PIDE, em Dili, o teor das suas frases exaltadas, não tardou a experimentar os custos da insubmissão. Foi exilado para Moçambique, onde permaneceu algum tempo, trabalhando numa actividade sempre propícia ao combate por causas qual é a de jornalista. Na rebeldia juvenil seguia bem as pisadas de seus progenitores,

visto que tanto o seu pai como o seu avô, por sinal ambos portugueses nascidos em Portugal, haviam sofrido a deportação por motivos políticos.

Restituído a Timor, foi co-fundador da ASDT (Associação Social Democrata de Timor) que depois se transformou na FRETILIN, da qual foi nomeado Representante no Exterior. No cumprimento dessas funções, deixou a sua terra três dias antes da invasão indonésia.

A partir de então, reforçando no estrangeiro a luta que o Comandante Xanana Gusmão conduzia no interior, correu mundo a denunciar por todos os meios a ocupação ilegal do território que, aliás, a ONU mantinha sob administração portuguesa. Ergueu a voz em favor de tantos que não tinham hipótese de se fazer ouvir. E fê-lo nas tribunas mais adequadas, isto é, perante as instâncias internacionais competentes: Conselho de Segurança da ONU, 4º Comité da Assembleia Geral da ONU, Comité Especial de Descolonização da ONU, Comissão de Direitos Humanos da ONU, Conselho de Relações Internacionais e Parlamento Europeu.

Mas a luta não se confinou à denúncia enérgica da injustiça sofrida pelo seu povo. Um lutador pela causa da Paz, não se limita a vociferar contra a guerra. Constrói a paz pela positiva. Antes de mais, pela apresentação de planos concretos. Foi isso que fez Ramos-Horta: em 1992 perante o Parlamento Europeu expôs e defendeu um programa de paz para Timor a desenvolver em fases progressivas. No essencial o plano do nosso laureado visava a resolução do conflito com o invasor através da retirada das tropas indonésias, da libertação dos presos políticos, e ainda do completo respeito pelos direitos humanos dos residentes dentro e fora do território. O plano previa também a instalação de missões da ONU no interior de Timor.

E na sua fase final, reivindicava a concessão da autonomia e a realização de um referendun, fiscalizado pela ONU, pelo qual se

havia de inquirir a população sobre o quadro político em que desejava viver no futuro: independência, integração na Indonésia ou associação com Portugal.

Não foi fácil, no curto prazo, ver frutos de tamanho esforço. Era preciso que os jornais e as Televisões reparassem em Timor e falassem do problema. Infelizmente, foi necessário que a causa tivesse os seus mártires e que o mundo deles fosse testemunha.

Em Outubro de 1994 foi possível um encontro de Ramos Horta com o então Ministro dos Estrangeiros da Indonésia, sob o patrocínio da ONU. O significado profundo e a utilidade dessa entrevista surge hoje mais claro do que na época. Importa sublinhar que, após a invasão de Timor pelas tropas indonésias, esta foi a primeira vez que se realizou uma reunião pública entre o Ministro indonésio e líderes timorenses no exterior.

Os obstáculos para o plano de paz não vinham apenas do invasor. As divisões entre timorenses que viviam dentro do território e timorenses que viviam fora eram cancro que era preciso extirpar. Ramos-Horta empenhou-se e desenvolveu esforços importantes para que a desunião não deitasse tudo a perder.

Por isso, o aspecto principal que me apraz sublinhar no perfil de Ramos-Horta é o de defensor intransigente dos direitos humanos, perfil esse consagrado indelevelmente pela outorga do Prémio Nobel da Paz em Dezembro de 1996 juntamente com o Bispo D. Carlos Ximenes Belo.

A outorga de tão prestigiado e mediático galardão significou por certo um ponto de partida para novo alento na luta por um Timor livre e independente, como se insinuava no texto oficial em que a

Academia Sueca justificou a concessão. Mas constituiu também, de certa forma, um ponto de chegada: foi o reconhecimento internacional do mérito dos seus esforços contra a opressão, visto que antes de ser Nobel da Paz, outras organizações internacionais o haviam distinguido por motivações idênticas. Lembrarei o prémio UNPO da Organização das Nações e Povos não Representados na ONU, em Fevereiro de 1996 concedido em virtude do seu «constante empenho nos direitos e liberdades dos povos ameaçados», o Prémio dos Direitos Humanos Prof. Thorof Rafto, em 1993, e o prémio de Activista Internacional da Fundação Gleitsman, em 1995.

A sua luta para que a Declaração Universal dos Direitos do Homem tenha aplicação prática e seja mais que uma bem intencionada proclamação de intenções altruístas, não a desenvolveu nem a desenvolve apenas em prol do seu povo. É bom poder lembrar aqui que ajudou a internacionalizar a causa dos Aborígenes da Austrália.

Permita-se-me que transcreva, a propósito, algumas frases extraídas do seu livro *Timor Leste. Amanhã em Dili*, publicado originalmente em Nova Iorque em 1986 e depois em língua portuguesa:

«Percorri a ilha-continente [Austrália] de norte a sul, visitei todas as suas cidades, grandes e médias, viajei por terra, atravessando o grande deserto. Deparei com «reservas» de povos aborígenes aos quais me afeiçoei. Aprendi a conhecê-los e a respeitá-los na sua dignidade, luta, sofrimento, história e cultura milenar. E quanto mais fiquei a conhecer o aborígena australiano mais tenho perguntado a mim próprio como tem sido possível em pleno século XX e no limiar do século XXI permitir-se a situação angustiante daquele povo milenar, oprimido, discriminado, humilhado pelo homem branco ao ponto de desespero e suicídio...»

O combate pelos direitos humanos não é luta de um homem só. Ramos-Horta sabe-o e tem-se unido a vários outros eminentes companheiros de viagem. A sua ligação com San Suu Kyi e outros activistas da Birmânia, com o Dalai Lama e com a causa dos Tibetanos, com Rigoberta Menchú e com a causa dos Guatemaltecos tem sido muito produtiva. Recentemente, associando-se a Oscar Arias, comprometeu-se no objectivo de concluir um Código de Conduta Internacional sobre a transferência de armamento, na sequência da sua posição activa contra a venda de minas e outras armas convencionais a países em vias de desenvolvimento.

A militância de Ramos-Horta em prol dos direitos humanos conheceu uma modalidade reprodutora que não devo deixar de sublinhar: foi ela o recrutamento e a formação de novos activistas oriundos de povos e minorias da região Ásia-Pacífico. Para o efeito, organizou em 1989 na Faculdade de Direito da Universidade de Nova Gales do Sul, em Sidnei, o Programa de Formação em Diplomacia (Diplomacy Training Programme) que se debruçava sobre o conhecimento, aprofundamento e aplicação dos Direitos Humanos da ONU. Mas exactamente nessa Faculdade leccionou a cadeira *o Sistema das Nações Unidas e os direitos humanos*.

2) A propósito, recordaremos ainda que o nosso laureado apresenta um perfil académico que não sendo, por si só, justificação para a deliberação da Faculdade em conceder-lhe o grau de Doutor *honoris causa*, deve ser valorizado neste contexto.

Assim recordarei que estudou Direito Internacional na Academia de Direito Internacional de Haia, Holanda (1983) e na Universidade de Antiochi, nos Estados Unidos. É Mestre em *Estudos da Paz* por esta universidade americana. Especializou-se em *Direitos Hu-*

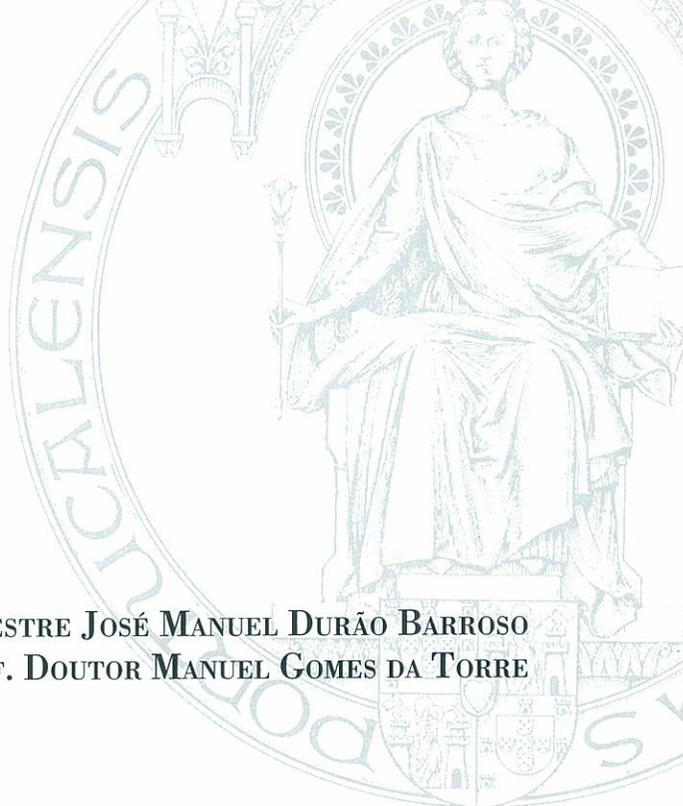
manos no Instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo, França (1983). Frequentou o curso de pós-graduação em *Política Externa Norte Americana*, na Universidade de Columbia, Nova Iorque (1983). É Senior Associate Member do S.to Anthony's College, de Oxford (1987) onde investigou *Relações Internacionais*.

É ainda doutor honoris causa por várias Universidades, brasileiras, australianas e norte-americanas.

3) Haveria mais a dizer sobre o perfil humano do nosso homenageado, mas devo terminar. O seu perfil de lutador convicto, corajoso e persistente pela liberdade é um exemplo e um estímulo para nós que elegemos as Humanidades e a Humanidade como vocação e sentido para as nossas vidas. Vamos tentar aproveitar o exemplo deste nosso novo laureado.

Senhor Doutor José Ramos-Horta, desejamos ardentemente que Timor Loro Sae encontre rapidamente os caminhos do progresso e da paz interna para que, deste modo, se cumpra o desejo da senhora sua mãe, Natalina: «uluk rai se'i diak», ou seja, «que a terra de Timor volte a ser boa».

Francisco Ribeiro da Silva



**ELOGIO DO MESTRE JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO
PELO PROF. DOUTOR MANUEL GOMES DA TORRE**

O escasso tempo que me é dado para o elogio do Mestre José Manuel Durão Barroso impossibilita-me de apresentar uma imagem abrangente da notável actividade por ele desenvolvida. Mesmo que me cinja aos aspectos que mais se prendem com a presente cerimónia, o seu curriculum académico e a sua acção na defesa dos direitos dos Timorenses, vejo-me obrigado a deixar de fora traços eventualmente relevantes.

Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa, o meu elogiado é mestre em Ciência Política pela Universidade de Genebra, grau que mereceu equivalência pela Universidade de Lisboa; è diplomado em Estudos Europeus, também por aquela Universidade suíça; fez estágios e cursos de curta duração na Universidade de Columbia (N. Iorque), na Universidade de Georgetown (Washington, D. C.), no Instituto Universitário Internacional do Luxemburgo e no Instituto Universitário Europeu de Florença; foi assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, assistente no Departamento de Ciência Política da Universidade de Genebra; foi, primeiro, "visiting scholar" da já referida e prestigiada Universidade de Georgetown, depois "visiting professor" e actualmente faz parte do seu corpo de "associate professors". Foi director do Departamento de Relações Internacionais e professor convidado do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada. Foi fundador e director da *Revista de Ciência Política*, foi director da *Revista Lusíada* e é membro do conselho Consultivo de várias publicações científicas, assim como membro de várias associações de carácter académico. É, além disso, autor de vários livros, bem como de diversos estudos de Ciência Política e de

Direito Constitucional publicados em enciclopédias e revistas nacionais e estrangeiras, tendo também assinado diversos trabalhos relacionados com a sua actividade política e governativa.

É o actual Presidente do Partido Social Democrata.

Desde 1985 tem sido eleito deputado à Assembleia da República, onde já foi presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros; foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna do X Governo Constitucional, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros nos XI e XII Governos Constitucionais e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre Novembro de 1992 e Outubro de 1995.

A sua acção no exercício destas últimas funções merece um sublinhado especial, especialmente se a equacionarmos com os problemas de Timor Leste. Por motivos de ordem vária que não é oportuno nem aqui é o lugar próprio para expor, antes de Durão Barroso ter tomado a seu cargo a pasta dos negócios Estrangeiros, a invasão de 7 de Dezembro de 1997 parecia esquecida. Os órgãos de informação portugueses e os próprios governos tinham-se remetido a um silêncio resignado, como que cedendo aos ditames de uma "Realpolitik" que, pelo menos aparentemente, sobrelevava as motivações de consciência. Um bom exemplo desse estado de coisas era a sobrançeria com que, às vezes, alguns sectores se referiam à meritória e profundamento generosa campanha desenvolvida por um professor desta Universidade, o Professor Barbedo de Magalhães. O Massacre de Santa Cruz de 1991 - que não foi mais trágico do que a invasão de 1975 - veio sacudir as consciências, mas teria provavelmente morrido no esquecimento se as oportunas imagens televisivas que o mostraram ao mundo não tivessem existido.

Mas a partir do momento em que o Mestre José Manuel Durão Barroso assumiu as responsabilidades da política externa portuguesa, as coisas começaram a mudar visivelmente. Não de repente, mas num progresso medido "em passos" - como ele próprio gosta de dizer

-, com recurso persistente aos dispositivos diplomáticos de que o Ministro dispunha. São numerosíssimas as intervenções públicas que Durão Barroso, por imperativos do cargo, teve ao longo de 1993, 1994 e 1995, mas há muitíssimo poucas entre elas sem uma referência veemente ao problema de Timor Leste. Em entrevistas aos jornais, em discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas, em seminários de funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou de outras organizações particulares e públicas, tais como o Observatório da Imprensa e o Instituto Diplomático, nas instituições da União Europeia, nas Jornadas de Timor-Leste, na Jornada Interparlamentar sobre Timor-Leste, enfim em todos os lugares e instâncias a que a sua qualidade de Ministro lhe dava acesso. Nessas ocasiões, ao contrário do que aconselharia a tal "Realpolitik", deixava transparecer a esperança numa saída favorável à causa timorense e se sublinhava o papel da diplomacia portuguesa nos passos positivos que se iam dando, nunca se esquecia de sublinhar igualmente, ou talvez mais, que a mudança da opinião internacional não seria nunca possível sem a corajosa resistência dos próprios Timorenses. Um pequeno país europeu e um minúsculo território asiático, em sintonia, mudaram, a opinião pública mundial.

A História já regista a forma empenhada com que o Governo Português reagiu e acompanhou a prisão e o julgamento de Xanana Gusmão e a comutação da pena de prisão perpétua para vinte anos, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros conduziu as conversações com a Indonésia sob os auspícios do Secretário Geral das Nações Unidas e fez vingar a enérgica chamada de atenção para a situação dos direitos humanos no território, conseguindo também que os movimentos timorenses fossem associados ao processo negocial, o que levou a que o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio recebesse os dirigentes dos movimentos timorenses favoráveis à autodeterminação. Reconhecida a vantagem de ter os EUA do seu lado, o Ministério Português dos Negócios Estrangeiros contratou em Agos-

to de 1994 "lobbyists" profissionais para influenciarem os meios de comunicação e os órgãos políticos norte-americanos no sentido de encarem favoravelmente o problema timorense. Assim se conseguiu um interesse nunca antes verificado por esse problema e as restrições impostas pelo Congresso quanto à cooperação militar e venda de certos tipos de armas à Indonésia por parte dos Estados Unidos.

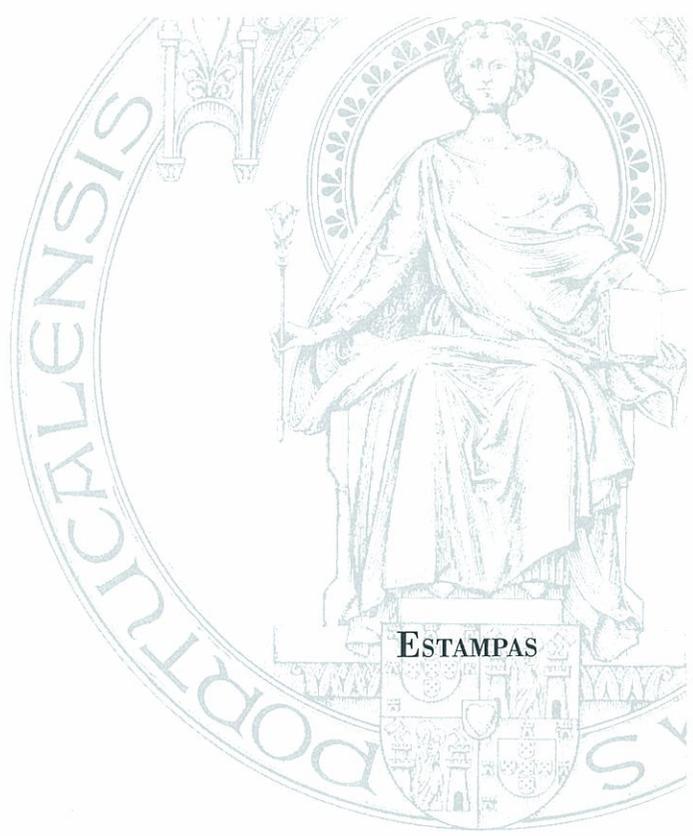
Muito mais haveria a dizer sobre o mandato do Mestre José Manuel Durão Barroso como Ministro dos Negócios Estrangeiros e as suas relações com Timor, mas o tempo não o permite. Seria, todavia, omissão imperdoável terminar sem uma referência ao importante papel que desempenhou junto dos países africanos de língua oficial portuguesa. Angola e o acordo de Bicesse, que deu aos martirizados angolanos o único breve período de paz entre o início da guerra colonial e o momento presente; a intervenção discreta mas reconhecidamente importante no processo que conduziu à paz em Moçambique, o que trouxe o presidente Chissano a Lisboa para agradecer publicamente a ajuda portuguesa no acordo acabado de assinar em Roma, mesmo antes de regressar ao seu país. A política de "cumplicidade activa" - é nestes termos que Durão Barroso se lhe refere - com os restantes países contribuiu para o estabelecimento das democracias que, embora ainda não funcionando em pleno, são já, promissoras nesses países. A sua acção nesta área levou a que a imprensa portuguesa o cognominasse de "O Africano", um título que, estou certo, lhe dá algum orgulho.

O Mestre José Manuel Durão Barroso está presente em lugar de destaque académico nesta cerimónia porque um dos doutorandos, o Dr. José Ramos Horta, o escolheu como padrinho. Tal escolha prova, antes de mais, que os Timorenses não o esqueceram; mas tem também o efeito colateral de lembrar aos Portugueses os factos de que falei e outros, eventualmente esquecidos, protagonizados pelo meu elogiado.

Sinto-me muito honrado pela incumbência que me foi distrin-

guída pelo Conselho Científico da Faculdade de Letras e igualmente honrado pela personalidade que me foi dado elogiar neste solene acto académico.

Manuel Gomes da Torre



ESTAMPAS

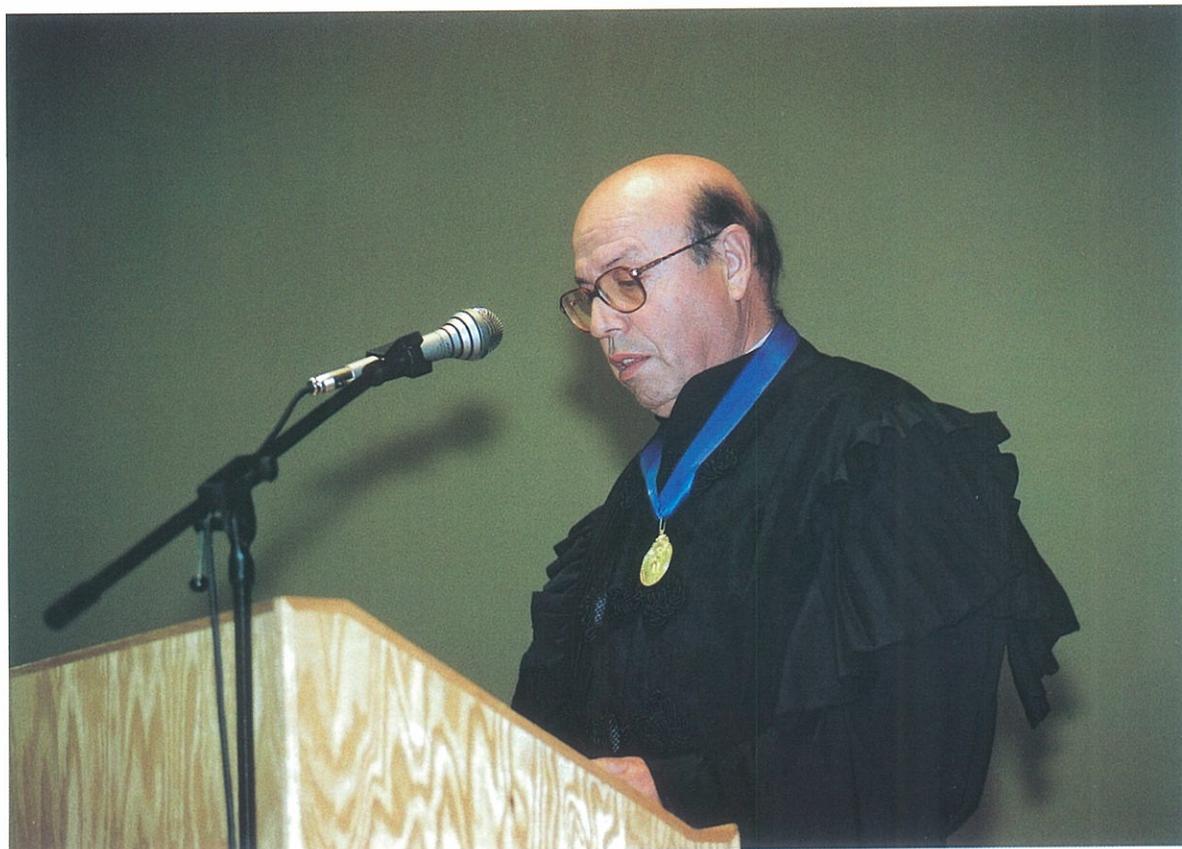




O Professor Doutor Francisco Ribeiro da Silva proferindo o elogio do doutorando



O Mestre José Manuel Durão Barroso, padrinho do doutorando



O Professor Doutor Manuel Gomes da Torre proferindo o elogio do padrinho



O doutorando, acompanhado do padrinho e do secretário, solicitando o grau de Doutor *Honoris Causa* ao Magnífico Reitor



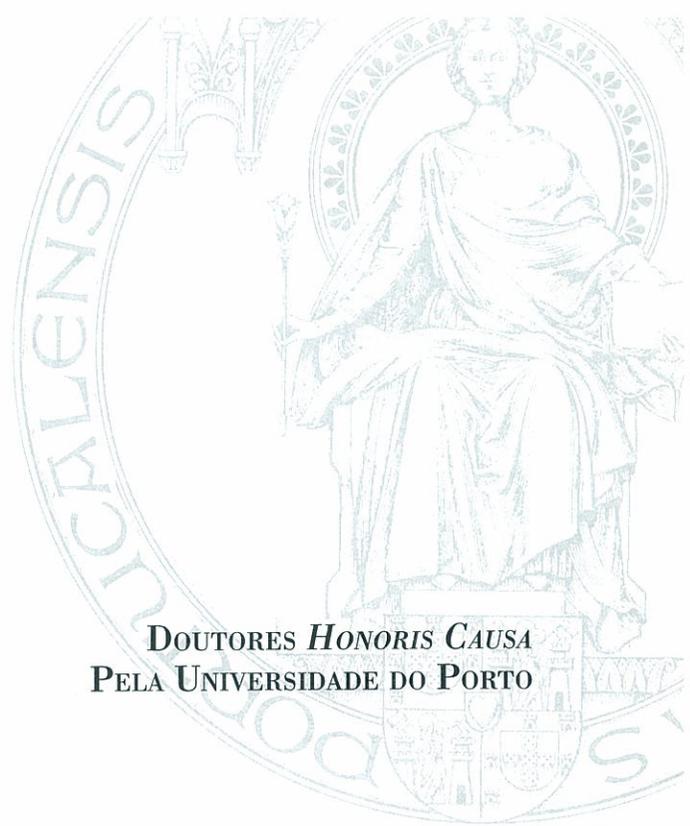
Imposição das insígnias ao doutorando pelo Presidente do Conselho
Directivo Professor Doutor Rui Centeno



O novo Doutor *Honoris Causa*

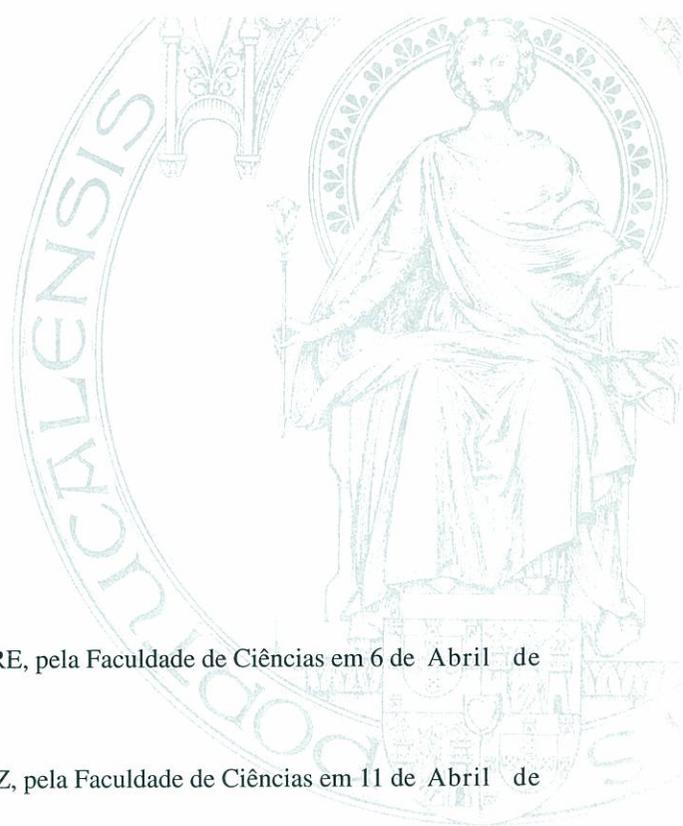


O Orfeão da Universidade do Porto executando a peça *Timor*



**DOUTORES *HONORIS CAUSA*
PELA UNIVERSIDADE DO PORTO**





MARECHAL JOSEPH JOFFRE, pela Faculdade de Ciências em 6 de Abril de 1921.

GENERAL ARMANDO DIAZ, pela Faculdade de Ciências em 11 de Abril de 1921.

GENERAL HONORIS SMITH DORRIEN, pela Faculdade de Ciências em 11 de Abril de 1921.

ALMIRANTE CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO, pela Faculdade Técnica (actual Faculdade de Engenharia) em 24 de Outubro de 1922.

CAPITÃO DE MAR E GUERRA ARTUR DE SACADURA CABRAL, pela Faculdade Técnica (actual Faculdade de Engenharia) em 24 de Outubro de 1922.

PROF. PAUL SABATIER, pela Faculdade de Ciências em 21 de Junho de 1923.

PROF. RENÉ LERICHE, pela Faculdade de Medicina em 18 de Fevereiro de 1932.

PROF. CHARLES MAURAIN, pela Faculdade de Ciências 31 de Outubro de 1932.

PROF. CONDE HENRI BECOUEN, pela Faculdade de Ciências em 31 de Outubro de 1932

ENG.º OCTÁVIO MANGABEIRA, pela Faculdade de Engenharia em 8 de Maio de 1934.

PROF. JOSÉ CASARES CIL, pela Faculdade de Farmácia em 11 de Maio de 1942.

P. ALPHONSE LUISIER, pela Faculdade de Ciências em 16 de Janeiro de 1942.

PROF. GREGORIO MARAÑON, pela Faculdade de Medicina em 13 de Novembro de 1946.

PROF. CARLOS JIMENEZ DÍAS, pela Faculdade de Medicina em 12 de Março de 1955.

ENG.º MANUEL COELHO MENDES DA ROCHA, pela Faculdade de Engenharia em 30 de Março de 1970.

DOUTOR ANTÓNIO AUGUSTO DE SOUSA AMORIM, pela Faculdade de Economia em 14 de Outubro de 1975.

PROF. MAURITIUS MERCANDIER, pela Faculdade de Medicina em 21 de Novembro de 1979.

PROF. ULRICH GEORG TRENDLENBURG, pela Faculdade de Medicina em 21 de Outubro de 1982.

PROF. JEAN DELUMEAU, pela Faculdade de Letras em 6 de Janeiro de 1984.

DR. JOSÉ HENRIQUE DE AZEREDO PERDIGÃO, pela Universidade do Porto em 4 de Abril de 1987.

PROF. BREBIS BLEANEY, pela Faculdade de Ciências em 4 de Abril de 1987.

PROF. HENRY SKINNER, pela Faculdade de Ciências em 4 de Abril de 1987.

DR. VICTOR ANTÓNIO AUGUSTO NUNES DE SÁ MACHADO, pela Faculdade de Medicina em 15 de Julho de 1987.

PROF. BORIS ALPERN, pela Faculdade de Ciências em 28 de Outubro de 1987.

ARQUIT.º MANUEL CÂNDIDO PINTO DE OLIVEIRA, pela Faculdade de Arquitectura em 26 de Junho de 1989.

DR. ANTÓNIO BARROS MACHADO, pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar em 11 de Julho de 1990.

DR. MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES, pela Faculdade de Letras em 19 de Julho de 1990.

PROF. JEAN HAMBURGER, pela Faculdade de Medicina em 21 de Dezembro de 1990.

PROF. JÚLIO FERRY BORGES, pela Faculdade de Engenharia em 21 de Maio de 1991.

PROF. EUGÈNE BRAUNWALD, pela Faculdade de Medicina em 8 de Maio de 1993.

PROF. NEAL BRICKER, pela Faculdade de Medicina em 7 de Junho de 1993.

THOMAS STARZI, pela Faculdade de Medicina em 23 de Janeiro de 1995.

PROF. HENRI BISMUTH, pela Faculdade de Medicina em 23 de Janeiro de 1995.

PROF. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, pela Faculdade de Economia em 22 de Julho de 1995.

PROF. JAMES MCGILL BUCHANAN, pela Faculdade de Economia em 4 de Dezembro de 1995.

PROF.^a MARIA DE LOURDES BELCHIOR PONTES, pela Faculdade de Letras em 5 de Dezembro de 1996.

PROF. ARTHUR EDWARD BERGLES, pela Faculdade de Engenharia em 19 de Outubro de 1998.

PROF. DAVID ROGER JONES OWEN, pela Faculdade de Engenharia em 19 de Outubro de 1998.

PROF. JACQUES DELORS, pela Faculdade de Economia em 10 de Março de 1999.

PROF.^a MARIE-LOUISE BASTIN, pela Faculdade de Letras em 28 de Junho de 1999.

PROF.^a JACQUELINE HAMESSE, pela Faculdade de Letras em 9 de Julho de 1999.

PROF. LEONARD E. BOYLE, pela Faculdade de Letras em 9 de Julho de 1999.

XANANA GUSMÃO, pela Faculdade de Letras em 31 de Outubro de 2000.

D. XIMENES BELO, pela Faculdade de Letras em 31 de Outubro de 2000.

DR. JOSÉ RAMOS-HORTA, pela Faculdade de Letras em 31 de Outubro de 2000.

